

Boletim Temático

População Negra



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL



EXPEDIENTE

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Francisco Ferreira Alexandre

Diretoria de Administração

Teresa Maria Barbosa de Oliveira

Diretoria de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos

Heitor Rodrigo Pereira Freire

Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas

Álvaro Silva Ribeiro

Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas, Avaliação, Tecnologia e Inovação

José Farias Gomes Filho

Coordenação de Avaliação e Estudos

Gabriela Isabel Limoeiro Alves Nascimento

Equipe Técnica Responsável

Cynthia Maria Morais de Queiroz Galvão

José Luís Alonso

Ludmilla de Oliveira Calado

Miguel Vieira Araujo

Estagiário

André Luiz Dutra do Amaral Filho

Eduardo Enmanoel Amaral Ferreira

Vitor Alexandre Vasconcelos Vieira

Welligton Mariano Pedro

Edição

Andrea Pinheiro

Design e Diagramação

Gabriel Pontual

Capa

Estátua de Zumbi dos Palmares (Salvador-BA)

Foto: joasouza via depositphotos.com



Boletim Temático

População Negra

O Censo Demográfico de 2022 revela um dado demográfico fundamental: **o Brasil é uma nação majoritariamente negra, com 112,7 milhões de pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas**. Esta definição de “população negra” é o conjunto de pessoas pretas ou pardas, conforme o quesito cor ou raça do IBGE, e não é apenas estatística, mas uma categoria política e legal consolidada pelo **Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 2010)**. Contudo, este peso demográfico majoritário contrasta agudamente com a persistente sub-representação desse grupo nos espaços de poder e decisão, expondo um paradoxo histórico que fundamenta a urgência das políticas de fomento à igualdade.

Historicamente, a luta por essa igualdade é marcada por uma abolição da escravidão (1888) que concedeu liberdade jurídica sem prover os meios para a cidadania plena, resultando em um legado de exclusão. Um marco de virada foi a **Constituição Federal de 1988**, que, sob forte influência dos movimentos negros, foi pioneira ao tipificar o racismo como crime inafiançável e imprescritível e ao reconhecer os direitos das comunidades quilombolas. Este alicerce constitucional permitiu a construção de um arcabouço legal robusto nas décadas seguintes, incluindo a **Lei nº 10.639/2003**, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, e o próprio Estatuto de 2010.

O fomento a essa igualdade, no entanto, é um processo dinâmico e contínuo. Legislações recentes demonstram a centralidade do debate, como a **Lei nº 14.532/2023**, que equiparou a injúria racial ao crime de racismo, e a **Lei nº 14.723/2023**, que atualizou e aperfeiçoou a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), incluindo quilombolas e ajustando os critérios de renda. Este debate é particularmente premente na região Nordeste, berço da colonização escravagista e que, hoje, concentra o maior contingente de população negra do País, especialmente no estado da Bahia. No Nordeste, os indicadores sociais expõem de forma ainda mais acentuada as disparidades estruturais.

É diante deste cenário, um complexo de avanços legais formais e desafios estruturais persistentes, que este boletim se propõe a analisar as múltiplas facetas da desigualdade racial. Para além da demografia, serão apresentados dados referentes à situação de domicílio, empregabilidade, a efetividade das políticas públicas, os gargalos na educação e os índices de violência que vitimam esta população, traçando um diagnóstico da luta contínua pela plena cidadania da população negra.

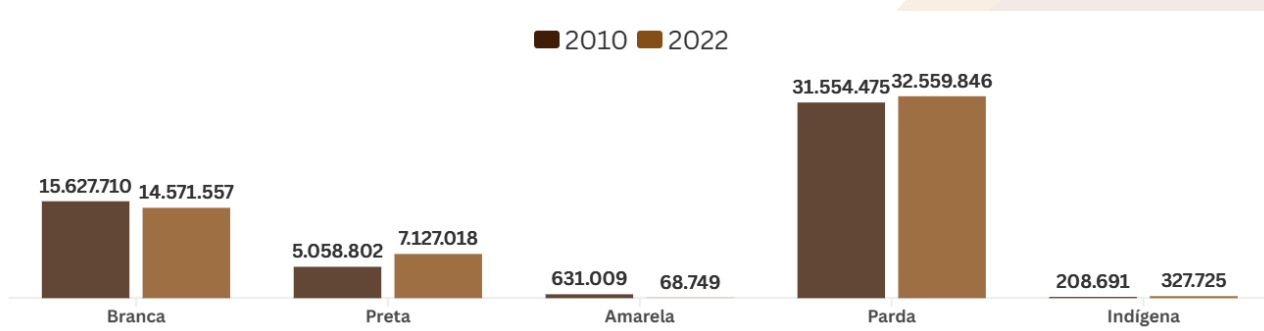
Dados Demográficos

O Censo Demográfico de 2022, realizado pelo IBGE, revela que **o Nordeste se consolida como a região com a maior proporção de população negra (a soma de pretos e pardos) do País. Dos 54.658.515 habitantes da Região, 39.686.864 se autodeclararam pretos ou pardos, o que representa 72,6% do total**. Esse grupo é majoritariamente composto pela população Parda, com 32.559.846 de pessoas (59,57% do total regional), seguida pela população Preta, que soma 7.127.018 de pessoas (13,03% do total regional). Esses números reforçam a importância da Região como epicentro da identidade e cultura afro-brasileira.

Analisando a **evolução populacional entre os Censos de 2010 e 2022**, nota-se um destaque ex-

pressivo no aumento de pessoas que se autodeclaram pretas na Região, saltando de 5.058.802 (2010) para 7.127.018 (2022). Esse crescimento pode ser atribuído tanto a fatores demográficos quanto a um importante movimento de conscientização e autoidentificação racial. No mesmo período, a população parda apresentou um crescimento mais moderado (de 31.554.475 para 32.559.846), enquanto a população branca registrou uma redução (de 15.627.710 para 14.571.557), alterando a composição racial da Região e reforçando seu perfil majoritariamente negro.

População residente por cor ou raça - Nordeste – 2010 e 2022



Fonte: Censos Demográficos 2010 e 2022. IBGE

Ao detalhar essa distribuição pelos estados, a Bahia (BA) se destaca com os maiores números absolutos, tanto de pessoas pretas (3.164.691) quanto pardas (8.103.964), além de ter o maior percentual de população preta (22,38%) da Região. Contudo, em termos proporcionais, é o Maranhão que possui o maior percentual de população parda (66,39%), seguido pelo Piauí (64,82%) e Ceará (64,71%). Pernambuco, por sua vez, figura com o segundo maior contingente absoluto de pessoas pretas (909.557) e o terceiro de pessoas pardas (5.006.802) no Nordeste. Essa análise demonstra que, embora o Nordeste seja majoritariamente negro, existem diferenças na composição racial entre os estados.

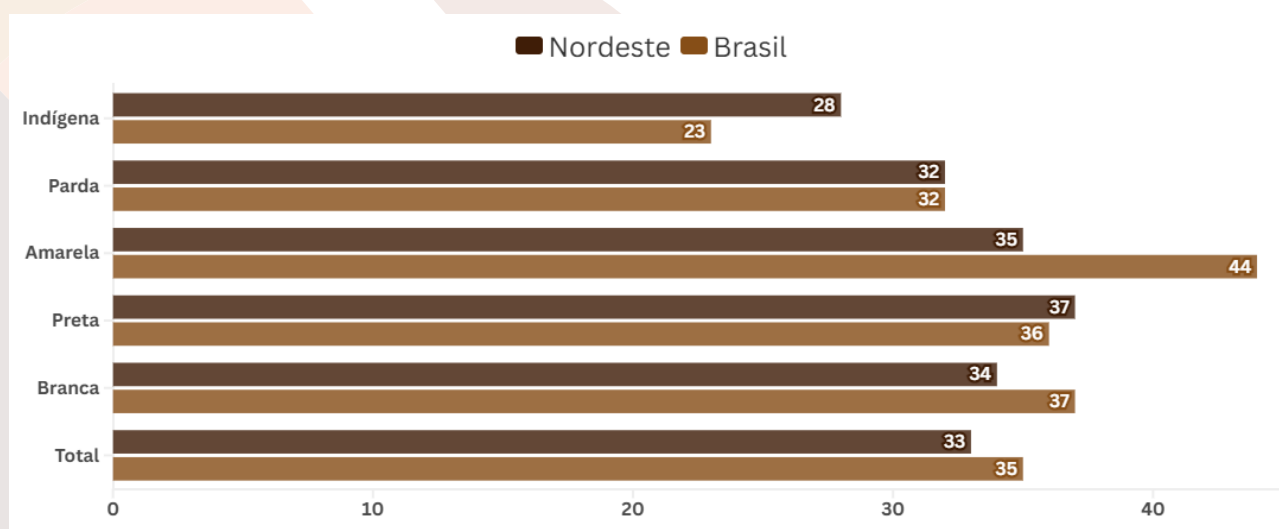
Total da população preta e parda e percentual em relação aos estados- Nordeste e UFs - 2022

UF	Preta	Parda
Nordeste	7.127.018	32.559.846
AL	298.709 (10,04%)	1.887.865 (60,36%)
BA	3.164.691 (22,38%)	8.103.964 (57,31%)
CE	595.694 (6,77%)	5.690.973 (64,71%)
MA	854.424 (12,61%)	4.499.018 (66,39%)
PB	316.572 (7,96%)	2.207.880 (55,55%)
PE	909.557 (10,04%)	5.006.802 (55,27%)
PI	400.662 (12,25%)	2.120.880 (64,82%)
RN	302.749 (9,17%)	1.680.960 (50,90%)
SE	283.960 (12,85%)	1.361.504 (61,61%)

Fonte: Censo IBGE, 2022

Quanto ao perfil etário, o Nordeste (idade mediana de 33 anos) possui uma população ligeiramente mais jovem que a média brasileira (35 anos). Focando nos grupos raciais, a população parda apresenta exatamente a mesma idade mediana no Nordeste e no Brasil: 32 anos. Já a população preta no Nordeste é ligeiramente mais velha (mediana de 37 anos) que a média nacional para o mesmo grupo (36 anos). De todo modo, em ambas as localidades, a população parda é estruturalmente mais jovem que a preta e a branca.

Idade Mediana por cor ou raça - Brasil e Nordeste - 2022



Fonte: Censo IBGE, 2022

Situação de Domicílio

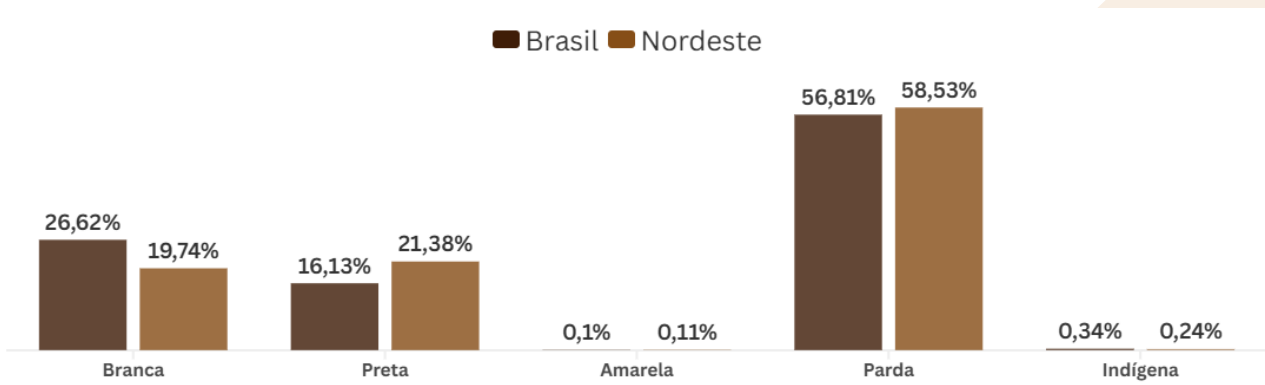
A moradia digna é um direito social básico, garantido pelo Artigo 6º da Constituição Federal e fundamental para o exercício pleno da cidadania. Esse direito, no entanto, vai muito além de um teto: ele compreende o "Direito à Cidade", que engloba o acesso à infraestrutura de qualidade, a saneamento básico, a serviços públicos e a condições dignas.

Os novos dados do Censo Demográfico 2022, divulgados pelo IBGE, expõem o profundo dilema entre essa garantia legal e a realidade vivida por milhões de brasileiros. Com isso, o estudo do IBGE oferece um retrato detalhado e atualizado das Favelas e Comunidades Urbanas no Brasil, revelando um crescimento expressivo. Os dados analisados verificam a segregação urbana e de direitos, com um foco especial no recorte racial na situação de domicílio, revelando como a desigualdade habitacional no Brasil, e especificamente no Nordeste, tem cor e endereço definidos.

O País registrou 16,4 milhões de pessoas vivendo em 12.348 favelas e comunidades urbanas, o que representa 8,1% da população nacional. Este número é um salto considerável desde 2010, quando 11,4 milhões de pessoas (6,0% da população) estavam nessa situação. No entanto, o ponto mais fundamental, é o perfil demográfico e racial desses territórios. Os dados mostram que as favelas brasileiras concentram, de forma desproporcional, a população negra (soma de pretos e pardos). **Nacionalmente, enquanto 26,62% dos moradores de favelas são brancos (contra 43,5% na média geral do País), 56,81% são pardos e 16,13% são pretos.** Somados, pretos e pardos compõem 72,94% da população desses territórios, evidenciando uma clara linha racial na segregação urbana do País.

Ao focar **na região Nordeste**, essa característica racial não apenas se mantém, como se intensifica de forma particular. Nas favelas nordestinas, a população branca é ainda menor, com 19,74%. O que mais chama atenção é a composição da população negra: **58,53% de pardos e 21,38% de pretos.** Notavelmente, a proporção de pessoas autodeclaradas pretas nas favelas do Nordeste é significativamente superior à média das favelas do Brasil (16,13%).

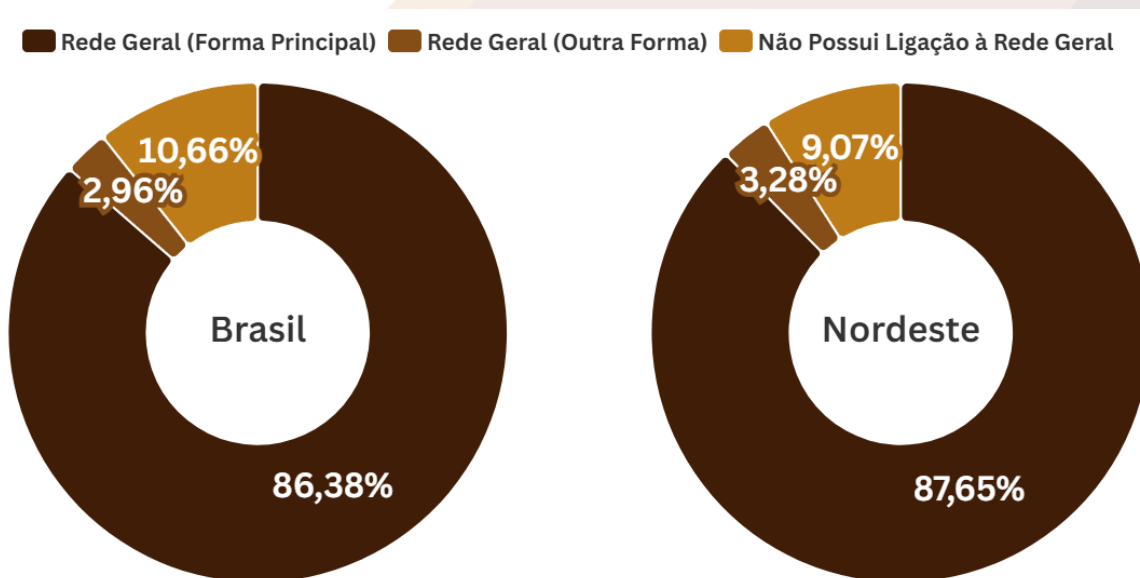
População residente em favelas e comunidades urbanas, por cor ou raça, (Percentual) segundo as Favelas e Comunidades Urbanas – Brasil e Nordeste – 2022



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022

Em relação ao abastecimento de água, os dados das favelas do Nordeste apresentam uma nuance: **87,65% dos domicílios têm a rede geral** como forma principal de abastecimento, um índice ligeiramente melhor que a média das favelas brasileiras (86,38%). Contudo, 9,07% dos lares ainda não possuem qualquer ligação à rede.

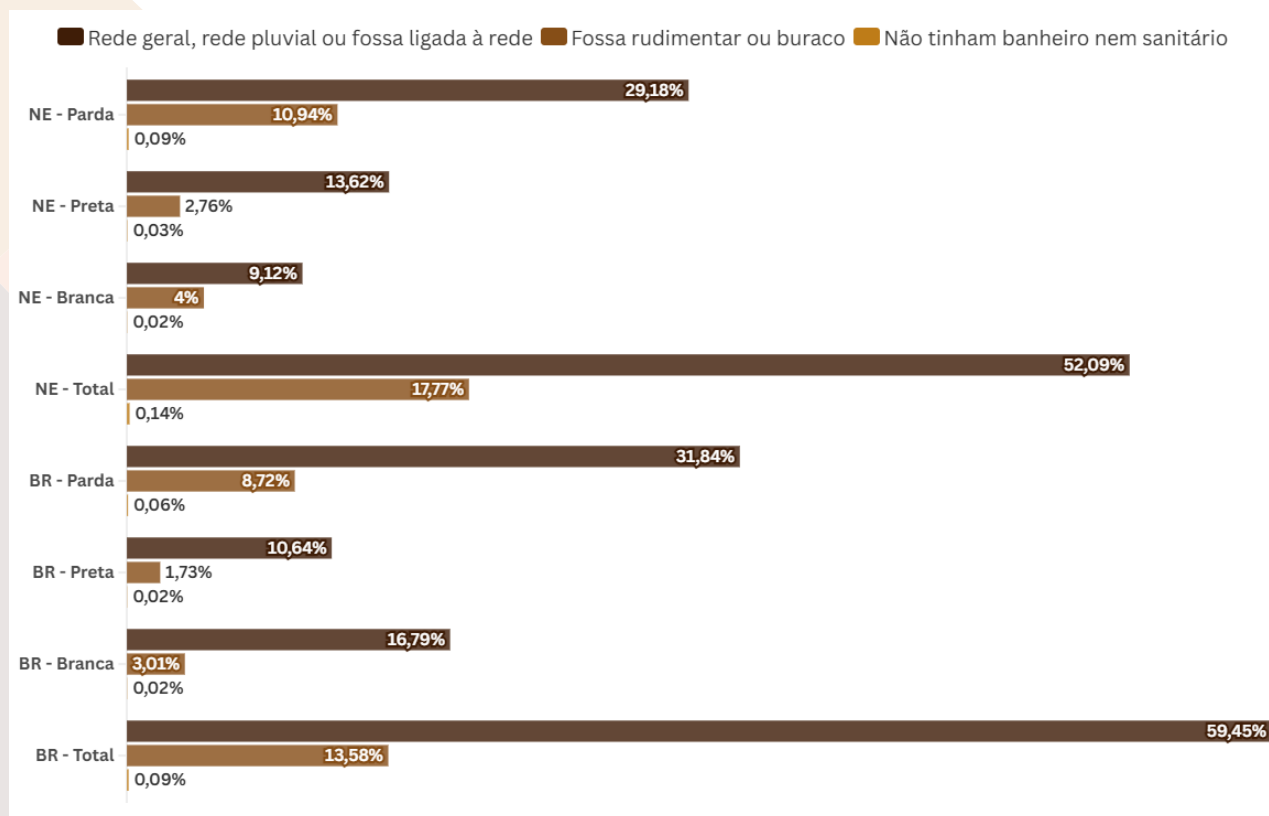
Percentual de Moradores com Acesso à Abastecimento de água em domicílios nas favelas e comunidades urbanas – Brasil e Nordeste – 2022



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022

Onde a vulnerabilidade do **Nordeste** se destaca é no esgotamento sanitário. Apenas **52,09% dos moradores de favelas na Região estão ligados à Rede geral**, rede pluvial ou fossa ligada à rede, um índice bem abaixo da média nacional das favelas (59,45%). Como consequência direta, a dependência de métodos precários é maior: 17,77% dos moradores de favelas no Nordeste utilizam “fossa rudimentar ou buraco” (contra 13,58% na média do Brasil). A situação extrema de não ter banheiro nem sanitário no domicílio (0,14%) é quase o dobro da média nacional (0,09%).

Percentual de Moradores com Acesso à Saneamento básico (banheiros e esgoto) em favelas e comunidades, por perfil demográfico - Brasil e Nordeste – 2022



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022

Nota: Foram destacados alguns tipos de esgotamento, os percentuais somam 100% na horizontal ao incluir todas as categorias não listadas

A intersecção com o recorte racial é direta, como demonstra os **17,77% que utilizam fossas rudimentares no Nordeste, a esmagadora maioria é composta por pardos (10,94% do total) e pretos (2,76%), somando 13,7% da população.** A população branca nessa mesma condição de precariedade sanitária é de 4,0%. O mesmo padrão se repete na ausência total de banheiros, que atinge 0,12% de pardos, os mais afetados.

Além da infraestrutura, a demografia confirma que a população das favelas é mais jovem, com idade mediana de 30 anos (contra 35 no País) e um índice de envelhecimento (45,0) quase metade do nacional (80,0). No ranking nacional das 20 favelas mais populosas, o Nordeste figura com quatro: Coroadinho (MA, 8ª) com 51.050 moradores, Beiru / Tancredo Neves (BA, 10ª) com 38.871 moradores, Pernambués (BA, 11ª) com 35.110 moradores e Cidade Olímpica (MA, 18ª) com 27.326 moradores.

Mercado de trabalho e distribuição de renda

Em relação ao desempenho do mercado de trabalho formal dos grupos classificados como pardos e pretos, utilizou-se o estoque total de trabalhadores e suas respectivas remunerações médias reais. O conceito de estoque de empregos formais, conforme a metodologia da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), representa o número de vínculos empregatícios ativos em 31 de dezembro e é utilizada para avaliar a situação do mercado de trabalho anualmente.

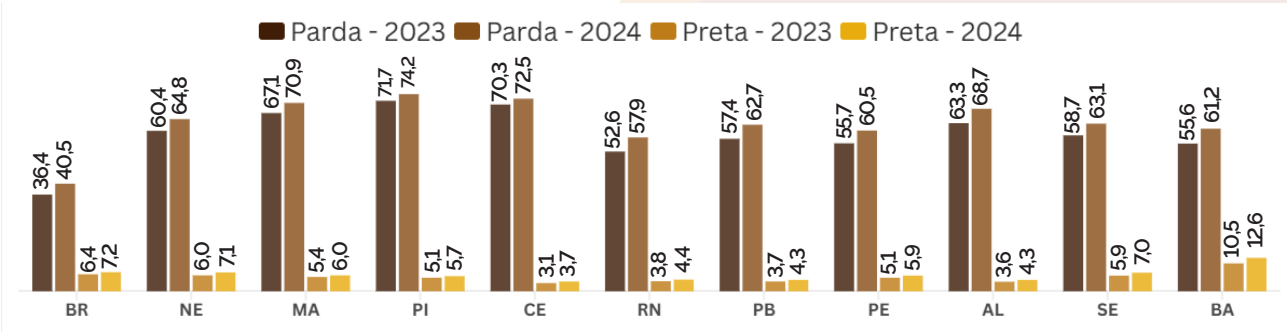
Ao observar a participação relativa do estoque de trabalhadores pretos e pardos, podemos observar que em todas as localidades e para ambos os grupos, a participação relativa no estoque desses trabalhadores foi maior em 2024 do que em 2023, indicando uma tendência geral de crescimento. Além disso, ao comparar o Nordeste com o Brasil, observa-se que a participação de trabalhadores pardos é substan-

cialmente maior no Nordeste, atingindo 64,8% em 2024, enquanto no Brasil é de 40,5%. Por outro lado, a proporção de trabalhadores pretos no Nordeste, que foi de 7,1%, é notavelmente similar à do País que apresentou 7,2%.

Ademais, no que se refere aos estados nordestinos, os destaques foram Piauí, Ceará e Maranhão que apresentaram maiores percentuais de participação de trabalhadores pardos em 2024 com, respectivamente, 74,2%, 72,5% e 70,9%. Em relação à população preta, a Bahia é o estado com um destaque absoluto, apresentando 12,6% de participação, ficando acima do nível nacional. Em contraste, os menores níveis de participação regionais em 2024 foram os de pardos no Rio Grande do Norte, com 57,9%, e de pretos no Ceará, com 3,7%.

Somando as **duas categorias, que compõem a população negra, a representatividade total no Nordeste alcançou 71,9% em 2024, um patamar significativamente superior aos 47,7% registrados no Brasil.** O Piauí demonstrou a maior participação combinada da Região, onde 79,9% do estoque de trabalhadores formais são pardos ou pretos.

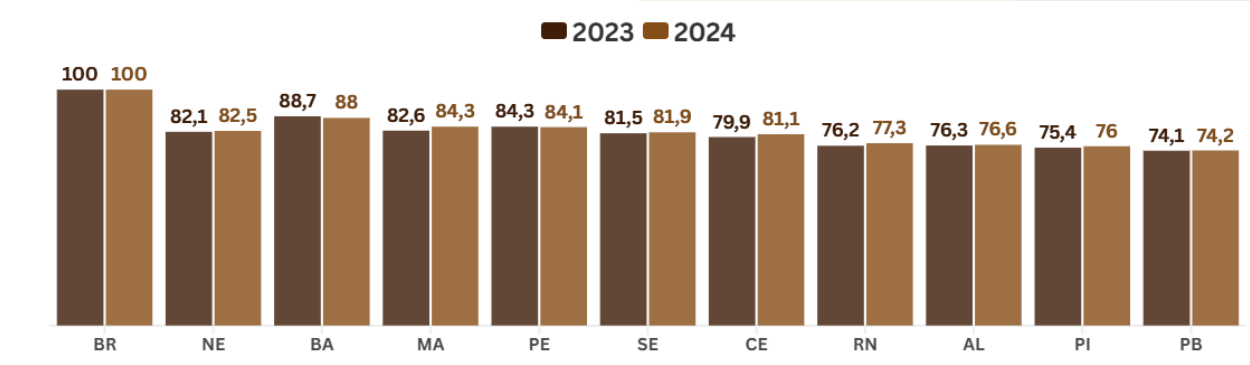
Participação relativa do estoque de trabalhadores, segundo a raça ou cor parda e preta -Brasil e Estados do Nordeste - 2023-2024



Fonte: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Microdados RAIS. Participação relativa do estoque de trabalhadores, segundo a raça ou cor parda e preta 2023 e 2024

Em termos de Remuneração real média, os trabalhadores pardos em 2024, no Nordeste, e em todos os seus estados, apresentaram uma remuneração média inferior à média nacional. A Bahia registra a maior média relativa, com 88%, enquanto a Paraíba apresenta a menor, com 74,2%. A variação entre 2023 e 2024 para este grupo foi, no geral, ligeiramente positiva. A maioria dos estados, bem como a média regional, que apresentou um crescimento de 0,4 pontos percentuais, viu sua remuneração se aproximar da média nacional. Os maiores avanços ocorreram no Maranhão e Ceará que apresentaram um crescimento, respectivamente, de 1,7 e 1,2 pontos percentuais. As únicas exceções ocorreram na Bahia e Pernambuco, que apresentaram uma queda de 0,7 e 0,2 pontos percentuais, respectivamente.

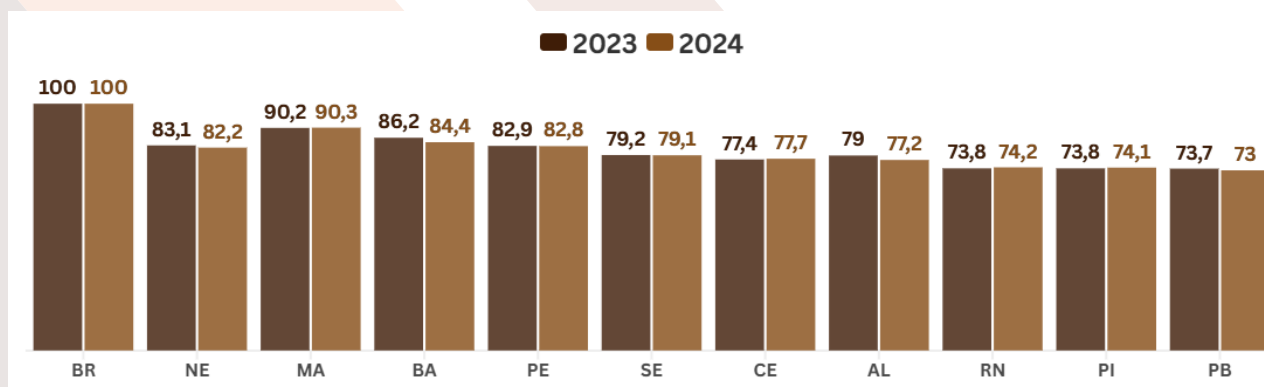
Participação relativa da remuneração real média, dos trabalhadores pardos do Nordeste e estados em relação ao Brasil - 2023-2024



Fonte: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Microdados RAIS. Participação relativa da remuneração real média, dos trabalhadores pardos do Nordeste e estados em relação ao Brasil. 2023 e 2024

Em relação aos trabalhadores pretos, o cenário em 2024 é semelhante, todos os estados do Nordeste estão abaixo da média nacional. O Maranhão possui a maior remuneração relativa, com 90,3%, e a Paraíba novamente a mais baixa, com 73,0%. Contudo, a tendência de variação para os trabalhadores pretos foi negativa e oposta à dos pardos. Entre 2023 e 2024, houve uma queda na remuneração relativa na maioria dos estados, distanciando-se da média nacional. A média do Nordeste caiu 0,9 pontos percentuais. As quedas mais acentuadas foram registradas em Alagoas e Bahia, que apresentaram a mesma queda de 1,8 pontos percentuais, enquanto apenas quatro estados tiveram ganhos mínimos.

Participação relativa da remuneração real média dos trabalhadores pretos do Nordeste e estados em relação ao Brasil - 2023-2024



Fonte: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Microdados RAIS. Participação relativa da remuneração real média dos trabalhadores pretos do Nordeste e estados em relação ao Brasil 2023 e 2024

Portanto, ao analisar os dados da RAIS referente aos anos de 2023 e 2024, observa-se que enquanto os trabalhadores pardos do Nordeste, em sua maioria, reduziram ligeiramente a desvantagem salarial em relação à média nacional de seu grupo, os trabalhadores pretos da Região viram essa disparidade aumentar.

Políticas Públicas

A desigualdade racial no Brasil é estrutural, e não apenas um resquício histórico, o Estado passa a ser conclamado a atuar ativamente para reverter este quadro. A simples garantia de igualdade formal perante a lei mostrou-se insuficiente para superar as barreiras impostas pelo racismo. Nesse sentido, as políticas públicas de fomento à igualdade racial surgem como o principal instrumento para materializar os princípios da Constituição de 1988 e do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). Elas visam garantir o acesso efetivo a direitos básicos em áreas fundamentais como educação, trabalho, saúde e cultura, corrigindo disparidades e promovendo a representatividade.

Marcos da Legislação Antirracista no Brasil



Chega de Racismo!!

Bases Legais

Constituição Federal de 1988
Código Civil
Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010)
Lei de Cotas Setor Público (Lei nº 15.142/2025)
Lei da Injúria Racial (Lei nº 14.532/2023)
Lei Caó (Lei nº 7.716/1989)

De 1989 a 2023: O Fortalecimento da Lei

A legislação antirracista brasileira evoluiu de forma significativa. A **Lei Caó (Lei nº 7.716/1989)** foi o marco que tornou o racismo um crime inafiançável e imprescritível, focando na punição a atos de discriminação coletiva (como negar acesso a locais). Anos depois, o **Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010)** expandiu essa visão, saindo da esfera apenas penal para criar deveres de Estado e políticas públicas de promoção da igualdade. Recentemente, a **Lei nº 14.532/2023** fechou uma brecha legal, equiparando a injúria racial (ofensa individual) ao crime de racismo, tornando ambos inafiançáveis.



Ações Afirmativas: Educação

- **Lei de Cotas: Lei nº 12.711/2012 e nº 14.723/2023:** Garante a reparação histórica no acesso ao ensino superior.
- Reserva de 50% das vagas em instituições federais para alunos de escolas públicas.
- Pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública

Ações Afirmativas: Trabalho

- **Setor Público (Lei nº 15.142/2025):** Reserva de 30% das vagas em concursos federais para candidatos negros.
- **Setor Privado (Estatuto, Art. 39):** Proíbe exigir "boa aparência" ou fotos em currículos para combater a discriminação.



Direito à Saúde Integral

- **Estatuto (Cap. II):** Reconhece o racismo como um determinante social de saúde.
- **PNSIPN:** Garante a **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra** no SUS.
- Foco: Atendimento a doenças prevalentes (ex: anemia falciforme) e combate a disparidades (ex: mortalidade materna).



Direito à Liberdade Religiosa

- **Estatuto (Cap. III):** Combate o racismo religioso e garante o livre exercício da fé.
- **Proteção Específica:** Assegura o Respeito às religiões de matriz africana (Candomblé, Umbanda).
- **Garantia (Art. 25):** Protege a inviolabilidade dos locais de culto (terreiros) contra ataques.



Direito à Cultura e Memória

- **Estatuto (Cap. IV):** Combate ao Apagamento: Valoriza a contribuição negra na formação do Brasil.
- **Educação (Lei 10.639/2003):** Torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas.
- **Patrimônio (Estatuto, Art. 20):** Reconhece formalmente a Capoeira como cultura e desporto.



Direito à Justiça e Segurança

- **Estatuto (Cap. VIII) - Acesso à Justiça (Art. 43):** Garante assistência jurídica gratuita (Defensoria, MP) às vítimas de racismo.
- **Segurança (Art. 45):** Determina ao Estado o dever de coibir a violência policial contra a população negra.
- **Lei da Injúria (2023):** É um marco contra a impunidade, tornando ofensas racistas inafiançáveis.

Perfil de Eleitos (2022-2024): Gênero e Raça

A representatividade política é fundamental para que as diretrizes do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) sejam efetivamente implementadas. A presença de parlamentares e executivos que refletem a demografia racial do País é importante não apenas para supervisionar e garantir a aplicação das políticas públicas existentes, mas também para impulsionar novas evoluções legislativas que aprofundem o combate ao racismo estrutural. É essa representação que transforma a lei em orçamento, fiscalização e novas garantias.

No entanto, uma análise do perfil dos eleitos em 2022 demonstra o abismo que ainda existe entre a composição da sociedade e a dos espaços de poder, revelando a expressiva **dominância de indivíduos brancos** em todos os principais cargos eletivos, contrastando com a representação de negros (pardos e pretos) e indígenas.

Perfil de Gênero e Raça dos Eleitos - Eleições Gerais 2022

Cargo Eletivo	Raça/Cor (Composição)
Governadores (Total 27)	Homens Brancos: 16 (59,25%)
	Homens Pardos: 8 (29,62%)
	Homens Indígenas: 1 (3,7%) (Eleito na BA)
	Mulheres Brancas: 1 (3,7%) (Eleita em PE)
	Mulheres Pardas: 1 (3,7%) (Eleita no RN)
Senadores (Total 27)	Homens Brancos: 14 (51,85%)
	Homens Negros (Pardos + Pretos): 6 (22,22%) (3 Pardos, 3 Pretos)
	Homens Indígenas: 2 (7,40%)
	Mulheres Brancas: 4 (14,81%)
Deputados Federais (Total 513)	Homens Brancos: 311 (60,62%)
	Homens Negros (Pardos + Pretos): 106 (24,11%) (92 Pardos, 14 Pretos)
	Mulheres Brancas: 58 (11,30%)
	Mulheres Negras (Pardas + Pretas): 29 (31,86% das mulheres) (16 Pardas, 13 Pretas)
	Indígenas (Homens + Mulheres): 5 (1 Homem, 4 Mulheres)

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral TSE, 2022

Nota: O total de eleitos incluem os amarelos e os que não tiveram a raça ou cor informadas e/ou divulgável.

As eleições municipais de 2024, abrangendo prefeituras e câmaras de vereadores, mostraram avanços discretos, mas as barreiras estruturais para mulheres e negros permaneceram evidentes. No geral, 82,1% dos eleitos foram homens e 17,9% mulheres. Embora a proporção de mulheres eleitas tenha crescido ligeiramente em relação a 2016 (13,4%) e 2020 (15,7%), ela ainda está muito abaixo da cota de 30% exigida para as candidaturas.

A intersecção de gênero e raça revela uma disparidade na taxa de sucesso: 1 em cada 4 homens brancos que se candidataram foi eleito, contra 1 em cada 6 homens negros. Para as mulheres, a diferença é ainda mais acentuada: 1 em cada 10 mulheres brancas foi eleita, mas apenas 1 em cada 26 mulheres pretas obteve sucesso.

Perfil de Gênero e Raça dos Eleitos no Brasil - Eleições Municipais 2024

Cargo Eletivo	Composição por Raça/Cor (Total de Eleitos)
Total de Eleitos (69.577)	Homens Brancos: 30.651 (44,1%)
	Homens Pardos: 22.005 (31,6%)
	Homens Pretos: 3.732 (5,4%)
	Mulheres Brancas: 7.304 (10,5%)
	Mulheres Pardas: 4.303 (6,2%)
	Mulheres Pretas: 703 (1,0%)
	Indígenas (H+M): 262 (218 Homens, 44 Mulheres)
	Quilombolas (H + M): 146 (0,21%)
Prefeitos (Total 5.569)	Homens Brancos: 3.181 (57,1%)
	Homens Pardos: 1.514 (27,2%)
	Homens Pretos: 108 (1,9%)
	Mulheres Brancas: 485 (8,7%)
	Mulheres Pardas: 223 (4,0%)
	Mulheres Pretas: 20 (0,4%)
	Indígenas (H+M): 9 (8 Homens, 1 Mulher)
	Quilombolas (H + M): 5 (0,09%)
Vereadores (Total 58.439)	Homens Brancos: 24.696 (42,3%)
	Homens Pardos: 19.014 (32,5%)
	Homens Pretos: 3.426 (5,9%)
	Mulheres Brancas: 6.154 (10,5%)
	Mulheres Pardas: 3.744 (6,4%)
	Mulheres Pretas: 626 (1,1%)
	Indígenas (H+M): 241 (202 Homens, 39 Mulheres)
	Quilombolas (H + M): 141 (0,24%)

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral TSE, 2022

Nota: O total de eleitos incluem os amarelos e os que não tiveram a raça ou cor informadas e/ou divulgável.

Quanto a análise regional revela nuances importantes, especialmente na Região Nordeste, que se destacou em diversos aspectos nas eleições municipais de 2024. Para as prefeituras, **o Nordeste foi uma das regiões do país (junto com a Região Norte) onde o número de prefeitos negros eleitos (921) superou o de prefeitos brancos (854).**

Para as câmaras de vereadores, o **Nordeste apresentou o segundo maior percentual de vereadoras mulheres eleitas no País (19,29%),** ficando pouco atrás da região Sul (19,91%). A Região também liderou a representação de grupos específicos, como detalhado abaixo.

Perfil de Gênero e Raça dos Eleitos na região Nordeste - Eleições Municipais 2024

Cargo Eletivo (NE)	Total Eleitos (NE)	Perfil de Raça
Prefeitos	1.793	Homens Brancos: 667 (37,20%)
		Mulheres Brancas: 187 (10,43%)
		Homens Pretos: 54 (3,01%)
		Mulheres Pretas: 14 (0,78%)
		Homens Pardos: 724 (40,38%)
		Mulheres Pardas: 129 (7,19%)
		Homens Indígenas: 3 (0,17%)
		Mulheres Indígenas: 1 (0,05%)
		Quilombolas (H + M): 5 (0,28%)
Vereadores	19.271	Homens Brancos: 5.075 (26,33%)
		Mulheres Brancas: 1.481 (7,68%)
		Homens Pretos: 1.318 (6,84%)
		Mulheres Pretas: 253 (1,31%)
		Homens Pardos: 8.846 (45,90%)
		Mulheres Pardas: 1.901 (9,86%)
		Homens Indígenas: 66 (0,34%)
		Mulheres Indígenas: 21 (0,11%)
		Quilombolas (H + M): 141 (0,73%)

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral TSE, 2022

Por fim, embora o perfil do poder político no Brasil continue sendo predominantemente masculino e branco, a análise regional revela que o Nordeste tem demonstrado avanços notáveis na representação racial, especialmente nos cargos executivos municipais de 2024, e na eleição de mulheres para governadora em 2022.

Educação

Segundo o IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) Anual de 2024, os indicadores educacionais expõem a persistência de profundas desigualdades raciais **no Brasil. Embora a escolaridade média geral tenha avançado, com as mulheres (10,3 anos) superando os ho-**

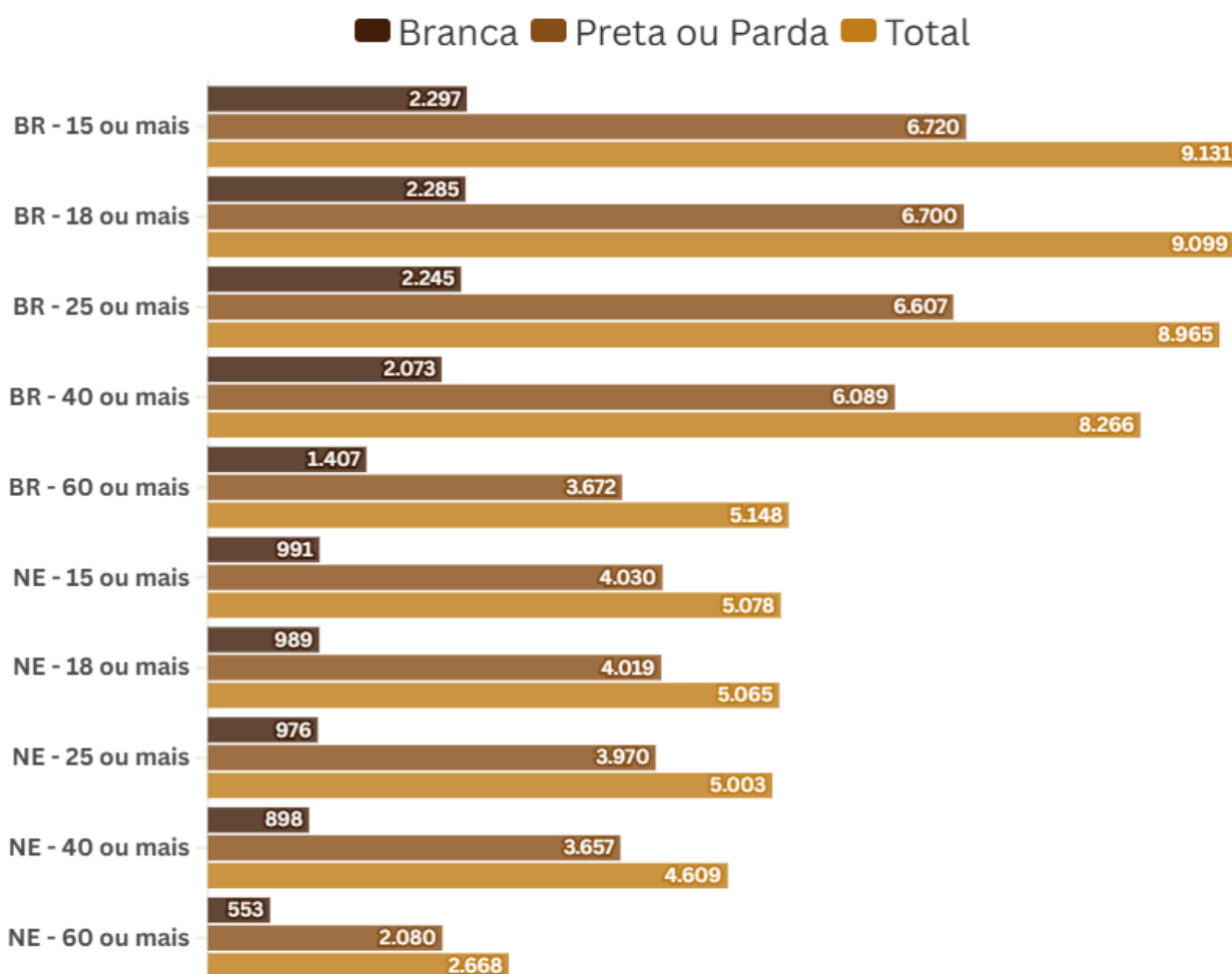
mens (9,9 anos), o recorte racial revela que as pessoas brancas com 25 anos ou mais alcançaram 11,0 anos de estudo, enquanto as pessoas pretas ou pardas do mesmo grupo etário atingiram 9,4 anos.

Déficit Educacional: Analfabetismo e Exclusão

A análise combinada da taxa e do volume absoluto de analfabetismo dimensiona essa desigualdade. **No Brasil, a taxa de analfabetismo para pessoas de 15 anos ou mais foi de 5,3%, o que representa um contingente de 9,131 milhões de pessoas. No recorte racial, a taxa de pretos ou pardos (6,9%) é mais que o dobro da de brancos (3,1%), equivalendo a 6,720 milhões de pessoas pretas ou pardas analfabetas.** O fator etário destaca-se: a taxa entre idosos (60+) pretos ou pardos dispara para 21,8% (somando 3,672 milhões de pessoas), enquanto para brancos idosos é de 8,1% (1,407 milhão de pessoas).

Do total de 5,078 milhões de pessoas analfabetas no Nordeste (15 anos ou mais), 4.030 milhões pertencem ao grupo de pretos ou pardos. Isso significa que **mais de 79% de todos os analfabetos da região Nordeste são pretos ou pardos**, demonstrando uma exclusão educacional esmagadoramente racializada.

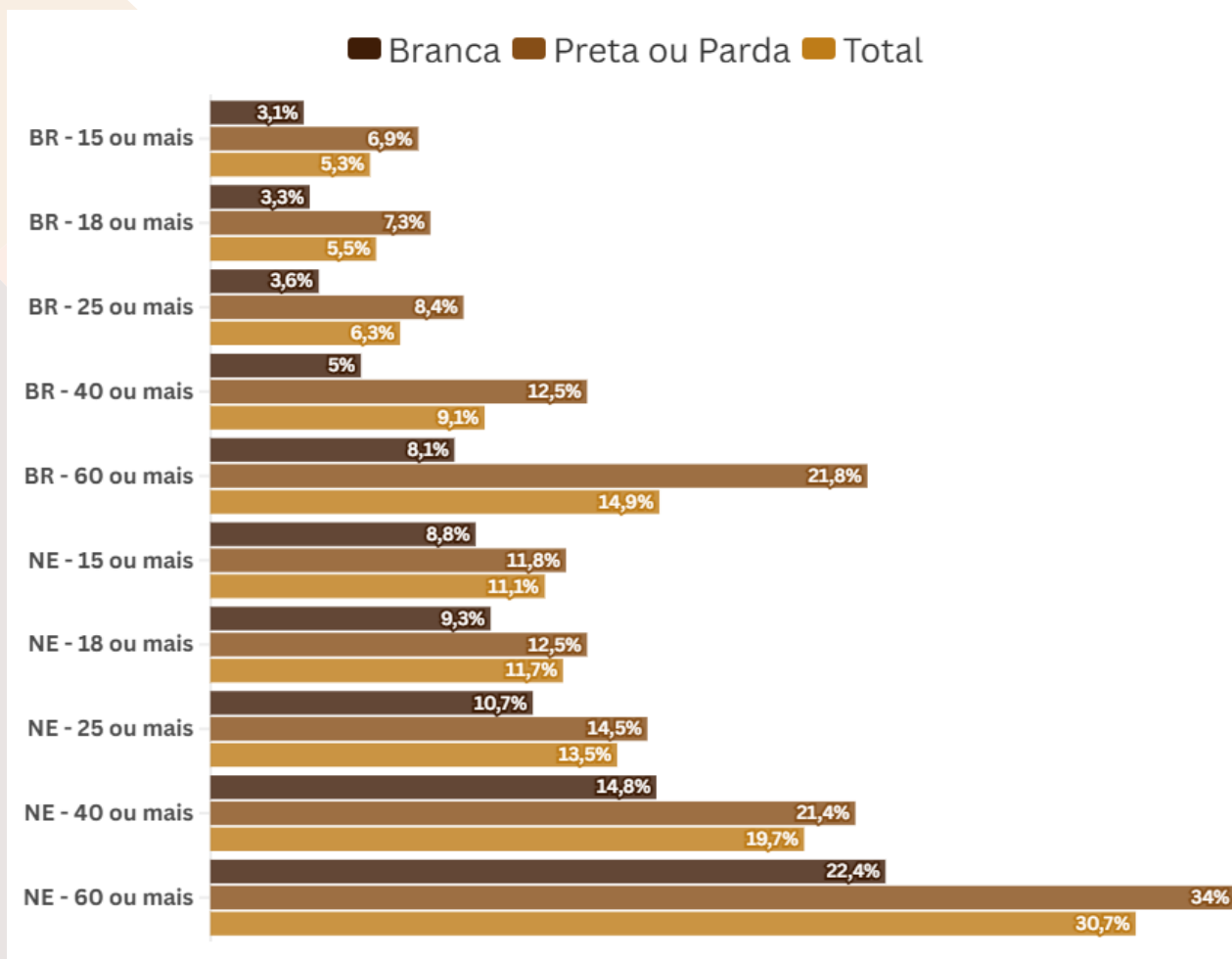
Pessoas de 15 anos ou mais, analfabetas, por cor ou raça e grupo de idade (Mil pessoas) - Brasil e Nordeste - 2024



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre

No Nordeste, a situação é mais grave: a taxa total de analfabetos (15 anos ou mais) é de 11,1% (5,078 milhões de pessoas), concentrando mais da metade dos analfabetos do país. Entre idosos (60+) no Nordeste, a taxa geral é de 30,7%, mas atinge 34,0% para pretos ou pardos (2,080 milhões de pessoas).

Taxa (%) de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça e grupo de idade – Brasil e Nordeste - 2024



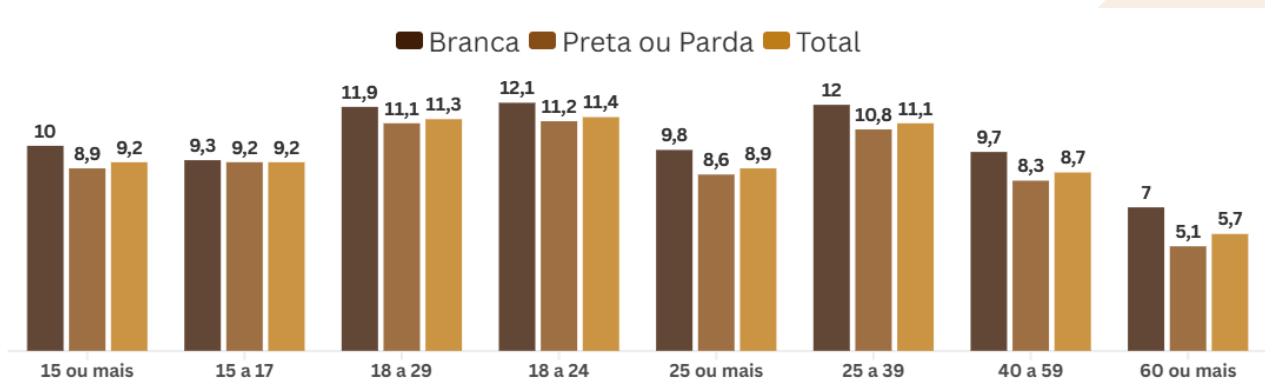
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre

A Trajetória Desigual: Anos de Estudo e Recuperação

Essa barreira inicial impacta diretamente o número médio de anos de estudo. **Nacionalmente, a população de 25 anos ou mais possui 10,1 anos de estudo. Brancos têm 11,0 anos, e pretos ou pardos, 9,4 anos.** A diferença é menor entre os jovens de 18-24 anos (12,5 anos para brancos vs. 11,5 para pretos ou pardos) e se aprofunda drasticamente entre os idosos de 60+ (8,6 anos para brancos vs. 6,1 anos para pretos ou pardos).

No Nordeste, a média geral (25 anos ou mais) é de apenas 8,9 anos, caindo para 8,6 anos entre pretos ou pardos. O contraste etário na Região é severo: **idosos (60+) pretos ou pardos têm apenas 5,1 anos de estudo, contra 7,0 anos de brancos.**

Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais, por cor ou raça e grupo de idade – Nordeste - 2024

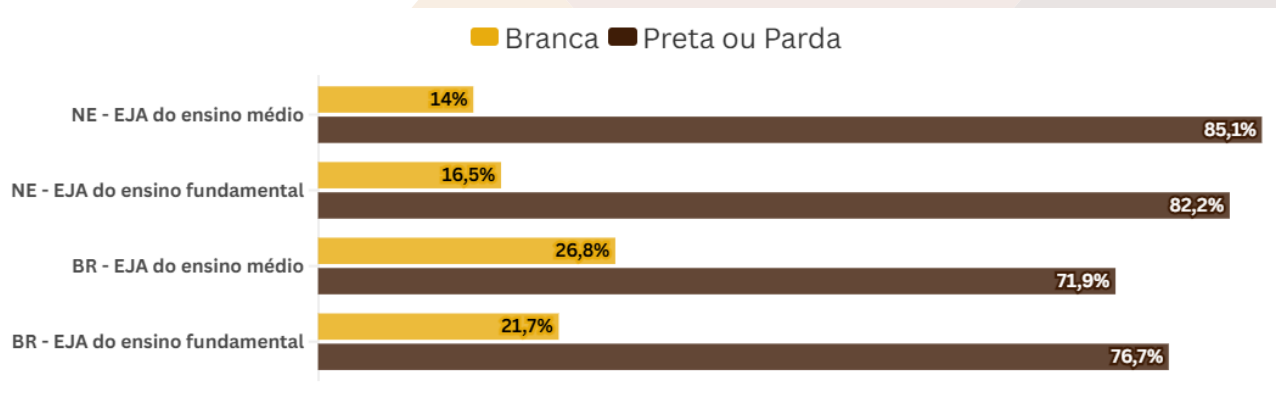


Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre

O perfil dos estudantes na Educação de Jovens e Adultos (EJA) reflete quem foi excluído do sistema regular na idade correta. Dos 577 mil estudantes do **EJA Fundamental no Brasil, 76,7% (442 mil) são pretos ou pardos**. Dos 584 mil no EJA Médio, 71,9% (420 mil) são pretos ou pardos.

No **Nordeste**, a sobrerrepresentação da população negra é ainda mais intensa: dos 303 mil alunos do **EJA Fundamental, 82,2%** (249 mil) são pretos ou pardos; no EJA Médio (218 mil total), 85,1% (185 mil) são pretos ou pardos, evidenciando o esforço dessa população para compensar as barreiras estruturais enfrentadas.

Proporção de Estudantes na Educação de Jovens e Adultos (EJA), por nível do curso e cor ou raça - Brasil e Nordeste - 2024.



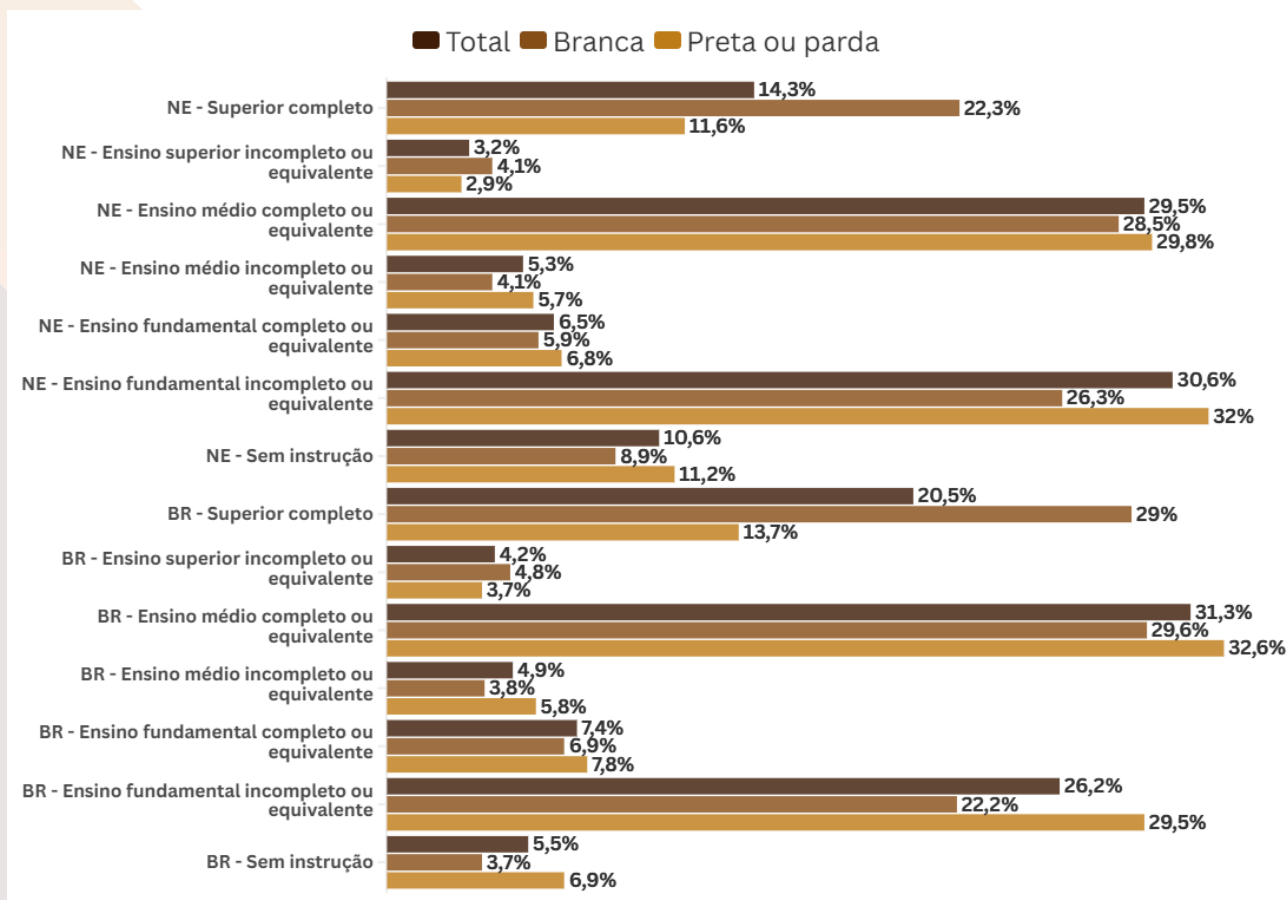
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre

Afunilamento no Ensino Superior e o Atraso Escolar

A análise do nível de instrução (para 25+) mostra o afunilamento no acesso ao ensino superior. No Brasil, de um total de 142,271 milhões de pessoas nessa faixa, 20,5% (29,236 milhões) concluíram o ensino superior. A disparidade racial é a maior de todos os indicadores: 29,0% dos brancos (17,906 milhões) têm diploma, contra apenas 13,7% dos pretos ou pardos (10,834 milhões).

No Nordeste (36,941 milhões total), a taxa de conclusão superior (14,3% ou 5,277 milhões) é ainda menor, com 22,3% dos brancos (2,036 milhões) possuindo diploma, contra 11,6% dos pretos ou pardos (3,191 milhões). Na base da pirâmide, 10,6% da população do Nordeste (3,929 milhões) não têm instrução, sendo 11,2% dos pretos ou pardos (3,065 milhões).

Proporção de Pessoas de 25 anos ou mais de idade, por cor ou raça e nível de instrução - Nordeste - 2024.



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre

Atraso Escolar e “Nem-Nem”

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, os dados do Brasil, em 2024, demonstra que as consequências dessas barreiras vistas na educação básica transbordam para a juventude. **O atraso escolar é maior entre pretos e pardos:** no grupo de 18 a 24 anos, 37,6% das pessoas brancas estavam estudando (com 37,4% na etapa ideal), enquanto entre pretos e pardos, a taxa de escolarização foi de 27,1% (com apenas 20,6% na etapa ideal). **A proporção de jovens pretos ou pardos que não frequentavam e não haviam concluído a etapa ideal (70,0%)** foi muito superior à dos brancos (56,2%).

Além disso, 6,2% dos brancos de 18-24 anos já haviam concluído a graduação, contra 2,9% dos pretos ou pardos. A Meta 12 do PNE (33% de frequência no ensino superior) não foi alcançada pelo País (27,1%) e foi superada apenas pela população branca. Isso se reflete na população fora do sistema: o percentual de pessoas pretas ou pardas que não estudavam, não se qualificavam e não estavam ocupadas (21,1%) foi consideravelmente superior ao de pessoas brancas na mesma condição (14,4%).

Recorte Racial na Violência

A **violência letal** no Brasil não é aleatória; ela tem cor e revela o profundo impacto do racismo estrutural. Longe de ser um fenômeno difuso, o homicídio segue um padrão que coloca a população negra, especialmente no Nordeste, como o alvo principal. **A análise da década** (2013-2023) expõe uma divergência alarmante. **Enquanto o Brasil registrou uma queda de 10,1% nos homicídios de pessoas negras,**

a região Nordeste contrariou essa tendência, apresentando uma leve alta de 0,9%. Essa estabilidade em um patamar trágico contrasta violentamente com a queda acentuada de 31,8% nos homicídios de pessoas não negras no mesmo período, mostrando que a redução da violência no País não beneficiou a população negra da mesma forma. Essa alta no Nordeste foi impulsionada por estados como Piauí (+34,6%), Ceará (+22,5%), Bahia (+20,0%) e Pernambuco (+11,1%).

A vulnerabilidade se intensifica no recorte de gênero. **Os homicídios de mulheres negras caíram 7,6% no Brasil, mas, novamente, o Nordeste registrou o cenário oposto: um aumento de 6,5% nas mortes.** Em 2023, o Nordeste foi responsável por 47,3% quase metade de todos os assassinatos de mulheres negras do País. O crescimento dessa violência contra mulheres negras foi ainda mais dramático em estados como Ceará (+74,4%) e Piauí (+69,4%), que também registraram aumentos significativos ao lado de Bahia (+13,5%) e Pernambuco (+7,1%). Os dados confirmam que a cor da pele é um fator de risco determinante: a chance de uma pessoa negra ser vítima de homicídio é significativamente maior.

Recorte Racial na Violência (2013 - 2023)

Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). Atlas da Violência 2025.

Brasil



Nº de Homicídios Registrados

Pessoas Negras

39.169
2013

35.213
2023

Variação 2013-2023: -10,10% ↓

Mulheres Negras

2.881
2013

2.662
2023

Variação 2013-2023: -7,60% ↓

Nº de Homicídios Registrados

Pessoas Negras

17.720
2013

17.884
2023

Variação 2013-2023: 0,93% ↑

Mulheres Negras

1.182
2013

1.258
2023

Variação 2013-2023: 6,43% ↑

Nordeste



Alagoas



Nº de Homicídios Registrados

Pessoas Negras

1.962
2013

1.161
2023

Variação 2013-2023: -40,83% ↓

Mulheres Negras

117
2013

71
2023

Variação 2013-2023: -39,32% ↓

Nº de Homicídios Registrados

Pessoas Negras

5.072
2013

6.088
2023

Variação 2013-2023: 20,03% ↑

Mulheres Negras

362
2013

411
2023

Variação 2013-2023: 13,54% ↑

Ceará



Nº de Homicídios Registrados

Pessoas Negras

2.213
2013

2.711
2023

Variação 2013-2023: 22,50% ↑

Mulheres Negras

125
2013

218
2023

Variação 2013-2023: 74,40% ↑

Nº de Homicídios Registrados

Pessoas Negras

1.895
2013

1.746
2023

Variação 2013-2023: -7,90% ↓

Mulheres Negras

107
2013

111
2023

Variação 2013-2023: 3,74% ↑

Paraíba



Nº de Homicídios Registrados

Pessoas Negras

1.292
2013

902
2023

Variação 2013-2023: -30,19% ↓

Mulheres Negras

104
2013

55
2023

Variação 2013-2023: -47,12% ↑

Nº de Homicídios Registrados

Pessoas Negras

2.796
2013

3.106
2023

Variação 2013-2023: 11,09% ↑

Mulheres Negras

224
2013

240
2023

Variação 2013-2023: 7,14% ↑

Piauí



Nº de Homicídios Registrados

Pessoas Negras

489
2013

658
2023

Variação 2013-2023: 34,56% ↑

Mulheres Negras

36
2013

61
2023

Variação 2013-2023: 69,44% ↑

Nº de Homicídios Registrados

Pessoas Negras

1.124
2013

858
2023

Variação 2013-2023: -23,67% ↓

Mulheres Negras

59
2013

54
2023

Variação 2013-2023: -8,47% ↓

Sergipe



Nº de Homicídios Registrados

Pessoas Negras

877
2013

654
2023

Variação 2013-2023: -25,43% ↓

Mulheres Negras

48
2013

37
2023

Variação 2013-2023: -22,92% ↓



Chega de Racismo!!





MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

